

## ARTIGOS

# CENTRO, PERIFERIA E CENTRALIDADE NA URBANIZAÇÃO PLANETÁRIA: PENSAR E AGIR A PARTIR DO BRASIL

Marlon Lima da Silva\*

\*Universidade Federal do Pará, Programa de Pós-graduação em Geografia, Belém, PA, Brasil

### Resumo

*Ao considerar que a urbanização contemporânea tem elevado a complexidade de conceitos que orientam o entendimento de processos de diferenciação socioespacial, o artigo levanta a questão: Como pensar, a partir de uma abordagem espacial crítica, as múltiplas conexões existentes entre centro, periferia e centralidade no curso da urbanização planetária? Como suportes teórico-metodológicos, utilizam-se a produção do espaço e a ideia de “níveis urbanos”, ambas de Henri Lefebvre. Baseado no contexto brasileiro, o texto problematiza e sintetiza proposições de estudos recentes e defende que a abordagem da produção do espaço, associada aos “níveis urbanos”, constitui instrumental relevante para pensar e agir diante da complexidade emergente. Ainda, evidencia que a condição periférica do Brasil se atualiza no curso da urbanização planetária. Conclui-se que centro, periferia e centralidade precisam ser repensados para promover processos de diferenciação espacial mais justos nos diferentes “níveis urbanos” e nas múltiplas escalas.*

### Palavras-chave

*Diferenciação Socioespacial; Escalas; Direito à Cidade; Periferia Urbana; Centro, Centralidade; Urbanização Planetária.*

## ARTICLES

# CENTER, PERIPHERY AND CENTRALITY IN PLANETARY URBANIZATION: THOUGHT AND ACTION FROM BRAZIL

Marlon Lima da Silva\*

\*Universidade Federal do Pará, Programa de Pós-graduação em Geografia, Belém, PA, Brazil

### Abstract

*As contemporary urbanization has rendered the concepts underpinning our understanding of socio-spatial differentiation increasingly more complex, this article poses the following question: How may we consider the multiple interrelations between center, periphery and centrality within the context of planetary urbanization? As the basis for the theoretical-methodological framework, the production of space and the idea of “urban levels”, both developed by Henri Lefebvre, have been employed. Grounded in the Brazilian context, the text problematizes and synthesizes insights from recent studies, arguing that the approach to spatial production, when articulated with “urban levels”, constitutes a valuable tool for thought and action in the face of emerging complexities. It further highlights that Brazil’s peripheral condition is continually reconfigured within the context of planetary urbanization. The article concludes by asserting the need to rethink the notions of center, periphery, and centrality in order to foster more equitable processes of spatial differentiation across various “urban levels” and multiple scales.*

### Keywords

*Socio-Spatial Differentiation, Scales, Right to the City; Urban Periphery; Center, Centrality, Planetary Urbanization.*

# CENTRO, PERIFERIA E CENTRALIDADE NA URBANIZAÇÃO PLANETÁRIA: PENSAR E AGIR A PARTIR DO BRASIL

*Marlon Lima da Silva*

## Introdução

A complexidade assumida pelo fenômeno urbano, diante de mecanismos cada vez mais globais de reprodução capitalista, exige considerar as ideias de centro, periferia e centralidade em múltiplas escalas e em diferentes formações socioespaciais (Soja, 2000; Lencioni, 2008; Sposito, 2015; Silva; Rodrigues, 2023a). Conseqüentemente, a pesquisa urbana tende a exigir leituras menos geométricas e mais relacionais e críticas, tais como as estabelecidas no horizonte da chamada urbanização planetária (Brenner, 2014; Brenner; Schmid, 2015; Brenner, 2018; Brenner; Katsikis, 2020).

Nesse desafio, o artigo levanta a seguinte questão: Como pensar, a partir de uma abordagem espacial crítica, as múltiplas conexões existentes entre centro, periferia e centralidade no curso da urbanização planetária? De modo mais específico, o objetivo do artigo é problematizar e sintetizar as noções de centro, periferia e centralidade diante das complexas diferenciações espaciais engendradas pela urbanização planetária no Brasil. Para isso, utiliza dois fundamentos construídos por Henri Lefebvre: a produção do espaço e a ideia de “níveis urbanos” (Lefebvre, 2013 [1974]; 1986; 2001 [1968]; 2002 [1970]).

É verdade que a própria concepção de urbanização planetária, conforme apresentada por Brenner e Schmid (2015), já foi inclusive questionada no Brasil, considerando que “o urbano (-utopia) lefebvriano parece ter sido subsumido na operacionalização das paisagens, no processo de neoliberalização, na colonização

e na implosão-explosão do capitalismo” (Castriota, 2016, p. 519). Trata-se de uma crítica embasada na ideia de “urbano-utopia” de Monte-Mór (2015, p. 56), que anuncia a radicalização da participação, da cidadania e da democracia no escopo da “urbanização extensiva” (Monte-Mór, 2004, p. 262) de inspiração lefebvriana.

Muito embora seja de grande relevância problematizar a proposta de Brenner e Schmid (2015) acerca da urbanização planetária, esse não é o foco do presente trabalho. O escopo principal de reflexão se baseia nos resultados de estudos urbanos recentes sobre os temas do centro, da periferia e da centralidade, especialmente os desenvolvidos no Brasil. Com isso, não se trata de inventariar os diversos trabalhos sobre o debate específico da urbanização planetária no país, mas de identificar e condensar as principais problematizações construídas acerca do centro, da periferia e da centralidade, que, de algum modo, tangenciam essa discussão.

Para conduzir tais esforços, a reflexão se fundamenta em dois instrumentais: (i) revisão bibliográfica e (ii) leitura crítica conceitual. Ainda que o tema escolhido neste artigo se mostre pouco explorado no Brasil, o uso desses recursos assume grande relevância, sobretudo porque as questões problematizadas pelos diferentes pesquisadores brasileiros exigem pensar para além do saber fragmentado, a fim de revelar problemas concretos que marcam, com certa especificidade, este que é o quinto maior país do mundo em extensão territorial.

Por isso mesmo, o pensar complexo é utilizado aqui como recurso analítico de base, já que, por meio dele há um esforço “para unir, não na confusão, mas operando diferenciações” (Morin, 1999, p. 33). Em outras palavras, “[é] o pensamento apto a reunir, contextualizar, globalizar, mas ao mesmo tempo a reconhecer o singular, o individual, o concreto” (Morin; Le Moigne, 2000, p. 213).

Nesse caminho, um dos grandes desafios é saltar do conteúdo disciplinar, comumente problematizado e classificado no âmbito da Geografia Urbana, para incorporar, assim, outros direcionamentos, como os debates enfrentados na Sociologia Urbana, na Arquitetura, na Economia, na Ciência Política, no Planejamento Urbano e Regional.

Esse recurso pode parecer confuso para os pesquisadores que estão mais habituados ao saber disciplinar a respeito do fenômeno urbano. Sobre o assunto, o próprio Henri Lefebvre apontava para a necessidade de construção de uma “ciência do espaço” que integrasse diferentes perspectivas analíticas (Lefebvre, 2013 [1974], p. 400).<sup>1</sup>

---

1. Tradução do original feita pelo autor. As demais traduções ao longo do texto, quando não indicado o contrário, também são de responsabilidade do autor.

Desse feito, como os estudos selecionados ao longo do texto são provenientes de diversas áreas, é possível que o leitor desconfie da ausência de foco. Todavia, é importante assegurar que os fundamentos da produção do espaço e a ideia de “níveis urbanos” constituem guias centrais.

Na realidade, eles apresentam a propriedade de reunir de maneira sistemática as análises que aparentemente são parcelares, isto é, confinadas nas diversas disciplinas que se voltam ao estudo do fenômeno urbano. Assim, como espécies de ligas, a produção do espaço e a ideia de “níveis urbanos” ajudam a reconhecer que “o conhecimento do todo necessita também do conhecimento das partes [...] Não é fácil, diante desta manutenção do pensamento mutilado, da inteligência cega, do cretinismo generalizado” (Morin, 2001, p. 34).

Longe de cogitar uma leitura nessa direção, dada a sua complexidade, o presente artigo está ancorado em uma “abordagem geográfica” sobre o fenômeno urbano e as noções de centro, periferia e centralidade. Para isso, mobiliza a ideia de “diferenciação espacial” como a motivação central que atrai o geógrafo interessado em compreender as diferentes feições da superfície terrestre nas suas relações com a sociedade (Corrêa, 2022, p. 4).

De modo específico, as diferenciações espaciais mais evidentes que se processam na urbanização planetária podem ser pensadas tendo como base duas premissas fundamentais: (i) o conflito de interesses entre frações do capital, ou seja, para além do antagonismo entre campo e cidade; e (ii) os tipos de relações engendradas pelo capital no curso de sua reprodução, incluindo, por exemplo, as subordinações econômicas e os privilégios políticos nas múltiplas escalas (Lencioni, 2015).

Nesse percurso, cabe considerar que “a urbanização planetária intensifica de forma desigual a interdependência, a diferenciação e a polarização entre os lugares, os territórios e as escalas” (Brenner, 2018, p. 240), de tal modo que as noções de centro, periferia e centralidade tendem a se complexificar, exigindo novos esforços interpretativos.

Feitas essas ponderações, o cerne da exposição está dividido em quatro partes. A primeira problematiza as ideias de centro, periferia e centralidade, ressaltando-as como recursos analíticos significativos, não só no plano teórico, como também no prático. A segunda apresenta as premissas da urbanização planetária e defende a importância de pensar a produção do espaço e a ideia de “níveis urbanos” para capturar a complexidade emergente que se manifesta em múltiplas escalas. A terceira, valendo-se da perspectiva da produção do espaço e da noção de “níveis urbanos”, condensa os estudos que tangenciam os debates do centro, da periferia e da centralidade no curso da urbanização planetária no Brasil. Finalmente, na quarta parte, define-se uma proposta de síntese que é apresentada na forma de quadro, cuja construção deriva da leitura sistemática dos estudos selecionados ao longo do texto.

Aqui, a natureza complexa do processo de urbanização contemporânea é revelada em sua multidimensionalidade, considerando novas perspectivas de compreensão para as ideias de centro, periferia e centralidade. Elas engendram diferenças geográficas capazes de orientar o pensar e o agir, no sentido de promover processos de diferenciação espacial mais justos em diferentes níveis e nas múltiplas escalas.

#### 1. A ideia de hierarquia como horizonte analítico para pensar centro, periferia e centralidade

As noções de centro, periferia e centralidade têm vários sentidos. Elas podem se referir aos elementos espacial-geométricos, à economia, à política e à cultura, mudando de significado conforme a ênfase analítica ou o ponto de vista do observador.

A definição mais comum de centro diz respeito à dimensão espacial-geométrica, isto é, a um ponto situado no interior de uma circunferência ou de uma superfície, sendo equidistante ou tendo aproximadamente a mesma distância dos demais pontos ou mesmo das extremidades da superfície (Dicionário Escolar da Língua Portuguesa, 1999; Dicionário Aulete, 2024). Nesse sentido, a periferia seria definida como o contorno dessa forma geométrica, e a centralidade, como o atributo do centro geométrico constituído pela distância.

Valendo-se dessa dimensão espacial-geométrica, mas utilizando elementos econômicos, políticos e culturais, os sentidos ganham direcionamentos plurais. Logo, pode-se falar em centro econômico, centro político, centro cultural e centro da cidade (Schmid, 2014), bem como em periferia econômica e periferia da cidade, e esta apresenta natureza objetiva e/ou subjetiva (Morcuende; Frago, 2023). Do mesmo modo, é possível identificar centralidades econômicas, políticas, culturais e áreas centrais das diferentes cidades (Dematteis, 1996; Silva; Teixeira; Sposito, 2021; Tella, 2016).

Há, portanto, uma grande polissemia que se faz notar claramente em face dos critérios escolhidos e do ponto de vista do observador. Para exemplificar, o centro econômico de determinada cidade pode ser considerado uma periferia. Para isso, basta que o observador amplie a sua visão e identifique que essa mesma cidade está localizada dentro de um país periférico nas relações econômicas globais. O mesmo pode ser dito em relação às dimensões política e cultural.

Logo, a depender dos critérios e da escala de análise, as noções de centro e periferia ganham contornos polissêmicos que merecem atenção do pesquisador. Isso também se aplica à ideia de centralidade: ela remete aos atributos do que se considera centro, revelando certa dominância perante o que se considera periferia.

Para ilustrar, muito se tem mencionado a seguinte expressão: “A periferia no centro do debate urbano”. Isso significa que, no âmbito da hierarquização dos temas urbanos contemporâneos, o que se considera periferia está sendo enfatizado por muitos pesquisadores, assumindo centralidade diante dos outros temas. Reescrita, a referida sentença poderia ficar assim: “A centralidade da periferia nos estudos urbanos”.

Desse modo, é possível conceber que as ideias de centro, periferia e centralidade estão sempre condicionadas ao movimento intelectual de hierarquização e são construídas por meio de determinados elementos dispostos em dada localização relativa. Os critérios escolhidos e o ponto de vista do observador são os guias definidores da representação. Segundo Corrêa (2022, p. 2), “[é] o nosso olhar que selecionará aquilo que iremos ver. A superfície terrestre e sua metáfora são assim sujeitos à polivocalidade, múltiplas vozes, múltiplos olhares [...] em cada um a diferenciação espacial será evidenciada”.

Seguindo essa perspectiva, a ideia de hierarquização tem como essência a segmentação sistemática de critérios definidos *a priori*, ou seja, a partir de determinado ponto de vista por meio do qual a construção de um todo coerente-ordenado é viabilizada no pensamento.

Deve-se destacar ainda que a hierarquização é comumente utilizada como recurso fundamental para compreender importantes facetas de “diferenciação espacial”, isto é, a “motivação que atrai o geógrafo, curioso em tornar inteligível a ação humana sobre a superfície terrestre” (Corrêa, 2022, p. 1). Especialmente, variáveis que se vinculam ao modo de produção capitalista, como: (i) a divisão territorial do trabalho; (ii) relações campo-cidade; (iii) a estrutura espacial (seja na relação entre as diferentes cidades, seja no interior das aglomerações urbanas – metrópoles, cidades médias, cidades pequenas, regiões, países etc.).

Também se nutrem da hierarquização os estudos associados ao planejamento urbano e regional sob a perspectiva pragmática do desenvolvimento (Perroux, 1963; Christaller, 1966; Friedmann, 1967). O fundamento consiste em reconhecer os chamados “lugares centrais” pela mediação de suas áreas de influência, bem como em programar sistematicamente a distribuição mais rentável de bens e serviços em dado contexto espacial, por meio tanto da atuação do Estado como das corporações ou da sociedade.

Independentemente da abordagem, a forma como se entendem os mecanismos de diferenciação espacial é que definirá a escolha dos critérios mais adequados para pensar a hierarquização do centro, da periferia e da centralidade, assim como dos caminhos para atenuar, ou até mesmo superar, os efeitos perversos da reprodução desigual inerente ao modo de produção capitalista.

Centro, periferia e centralidade, portanto, são relevantes recursos analíticos. Não só no plano teórico, como também no plano de ação. Reconhecê-los e modulá-los, nos horizontes do pensar e do agir, são desafios fundamentais que precisam ser enfrentados para possibilitar a construção de diferenciações espaciais mais justas, nas cidades ou no urbano. Isso porque cidade e urbano se complexificam (Monte-Mór, 2005), tendo em vista que se tornam cada vez mais globais (Brenner; Schmid, 2015).

## 2. Centro, periferia e centralidade na urbanização planetária: um olhar do ponto de vista da produção do espaço e dos “níveis urbanos”

A complexidade do fenômeno urbano contemporâneo vem exigindo o repensar contínuo de ideias e conceitos para que estes sejam capazes de capturar a natureza do presente. Nesse desafio, uma série de questões se impõe, conduzindo ao debate acerca do ponto crítico em que novas diferenciações espaciais se estabelecem nas relações contemporâneas entre campo-cidade, rural-urbano, centro-periferia etc. (Soja, 2000; Morcuende, 2021).

Ao se dedicarem ao tema, Brenner e Schmid (2015) chamam atenção para a necessidade de construir uma nova epistemologia do urbano. Ela necessita capturar as transformações recentes projetadas por grandes cadeias globais de valor que são conduzidas pela dinamicidade contemporânea da reprodução capitalista. Os autores partem da tese lefebvriana da “urbanização completa da sociedade”, isto é, da complexa e inédita difusão do fenômeno urbano pelo movimento de implosão-explosão da cidade, orientada, inicialmente, pela industrialização (Lefebvre, 2001 [1968]; 2002 [1970]). Todavia, eles acrescentam novos contornos que se estabelecem via grandes ondas de neoliberalização, a partir da década de 1980.

Nessa construção epistemológica, Brenner e Schmid (2015, p. 172) defendem a tese da “urbanização planetária”, que consiste no espraiamento global de um conjunto de fatores, que incluem (i) a desregulamentação ou novas formas de regulamentação do sistema financeiro global e de sistemas nacionais e subnacionais; (ii) a flexibilização dos processos produtivos, constituindo redes globais de produção; e (iii) a revolução digital.

De modo resumido, os autores argumentam que pensar as diferenciações espaciais no curso da urbanização contemporânea exige reconhecer que, embora as cidades assumam papel importante na reprodução sistêmica das transformações, é necessário ir além delas. Isto é, devem-se entender as chamadas *extended operational landscapes* (Brenner; Schmid, 2015, p.176), isto é, as paisagens operacionais associadas à urbanização planetária, que se expressam em (i) redes urbanas mais amplas de extração de recursos em zonas de exportação agroindustrial (incluindo alimentos, biocombustível, petróleo etc.), com impacto sobre pequenas e médias

produções e sobre o ambiente; (ii) enormes infraestruturas operacionais de transporte e comunicação capazes de intensificar a circulação e acelerar a reprodução do capital diante dos imperativos de consumo das principais cidades do mundo; e (iii) redes de migração inter-regional possibilitadas por infraestruturas de comunicação, orientando novas experiências cotidianas que ultrapassam as fronteiras.

Dentro dessa perspectiva ampla a respeito do fenômeno urbano, o rural passou a ser concebido no próprio cerne da urbanização (Brenner, 2014; Brenner; Schmid, 2015; Brenner, 2018). Em outras palavras, sem desaparecer, seu conteúdo atual requer leituras renovadas que considerem contextos mais amplos, com destaque para a urbanização planetária. Nesse desafio, pode-se pensar que “todo território é suscetível à urbanização e que todo território se homogeneíza, ao mesmo tempo que aumenta a sua especialização/diferenciação” (Morcuende, 2021, p. 16). Logo, “[as] geografias do desenvolvimento espacial desigual estão articuladas hoje a novos padrões dentro de um tecido cada vez mais denso, embora profundamente polarizado, da urbanização planetária” (Brenner; Schmid, 2015, p. 174).

Diante dessa reflexão inicial, é válido levantar alguns questionamentos. Se o tecido urbano ganha dimensões globais, como pensar as ideias de centro, periferia e centralidade? Como elas se expressam e se relacionam no contexto de complexas diferenciações espaciais engendradas pela urbanização planetária?

Trata-se de provocações cujas respostas certamente tomarão rumos diversificados. A depender da abordagem, das escalas e das formas de hierarquização, os critérios escolhidos assumirão múltiplas expressões e diversos contornos na economia, na política e na cultura. Portanto, os diferentes ângulos pelos quais a urbanização planetária se evidencia poderão orientar as ideias de centro, periferia e centralidade para caminhos específicos, muito embora elas estejam amplamente relacionadas entre si e ao universo de diferenciações espaciais mais abrangentes.

Longe de aprofundar as diversas possibilidades para pensar o tema, parte-se aqui da perspectiva da produção do espaço sob inspiração lefebvriana. Tal escolha se justifica pela abrangência sistemática e complexa oferecida por essa abordagem, sobretudo porque a própria ideia de urbanização planetária se nutre da produção do espaço ou de um pensar sobre o espaço.

De acordo com Lefebvre (1986, p. 159), o urbano “parte de uma teoria sobre o espaço (social) enquanto *produto-produtor*, isto é, engendrado pelo modo de produção, mas intervindo em todos os níveis”. Esses níveis são: (i) as forças produtivas; (ii) a organização do trabalho; (iii) as relações de propriedade; (iv) as instituições; e (v) as ideologias.

Nesse desafio complexo, buscando compreender a multidimensionalidade do urbano, Henri Lefebvre propõe a noção de “níveis urbanos”. Juntamente com a

produção do espaço, ela assume papel de destaque para delinear o(s) ponto(s) de vista(s) e os critérios para pensar as ideias de centro, periferia e centralidade no contexto da urbanização planetária.

Embora o conceito de “nível urbano” não esteja claramente exposto, ele remete a um procedimento metodológico construído para “introduzir uma certa ordem nos confusos discursos concernentes à cidade e ao urbano, discursos que misturam textos e contextos, níveis e dimensões” (Lefebvre, 2002 [1970], p. 77). Portanto, trata-se de uma espécie de hierarquização complexa para entender a cidade e o urbano, segmentando os processos, mas sem isolá-los.

Resumidamente, Lefebvre (2002 [1970]) indica a existência de três níveis fundamentais do fenômeno urbano: (i) o “nível global (G)”, (ii) o “nível misto (M)” e (iii) o “nível privado (P)”. Eles traduzem, respectivamente, “os processos gerais (globais) [...], a cidade como especificidade e nível intermediário [...] e as relações de imediatividade (ligadas a uma maneira de viver, de habitar, de modular o cotidiano)” (Lefebvre, 2001 [1968], p. 65-66).

De um ponto de vista geral e de maneira mais direta, os três níveis se vinculam ao concebido, ao percebido e ao vivido, respectivamente. Desse modo, a triplicidade da produção do espaço e a ideia de “níveis urbanos” caminham juntas, complementando-se dialeticamente. Assim, a produção do espaço perpassa todos os “níveis urbanos” de tal modo que os centros, as periferias e as centralidades podem ser compreendidos como produções sociais da triplicidade concebido-percebido-vivido (Lefebvre, 2013 [1974]).

Deve-se ponderar que a noção de nível atravessa e ultrapassa a concepção de escala, sem deixar, no entanto, de fazer uso dela (Brenner, 2000; Kipfer; Saberi; Wieditz, 2013). Segundo Corrêa (2018), o conceito de escala envolve quatro acepções: (i) tamanho econômico (economias de escala); (ii) matemática (mapas, cartografias); (iii) espacial (área de abrangência de um processo ou fenômeno local, regional, nacional, global); (iv) conceitual (relação entre objetos e as teorias adequadas para sua explicação e representação cartográfica). A ideia de “níveis urbanos” percorre essas diferentes acepções, ainda que se aproxime mais das escalas espacial e conceitual. A cidade, nessa perspectiva, vai muito além da delimitação geométrica associada à aglomeração. Na realidade, ela se constitui em uma espécie de caminho entre o global e o cotidiano.

Aqui, o atributo da hierarquização se mostra como um recurso formal, já que esses níveis se misturam complexamente na prática. Por consequência, as ideias de centro, periferia e centralidade relacionam-se dentro do processo maior de produção do espaço e de suas diferenciações espaciais hierarquizadas. Todavia, trata-se de um movimento que não ocorre pela via única da reprodução ampliada do

capital. Ele é campo de reprodução da vida cotidiana, aberto, portanto, ao novo. Isto é, novos centros, novas periferias e centralidades que podem ser hierarquizados(as) de maneira plural, diferencial.

Inspirada nessa compreensão, Carlos (2019, p. 462) considera que “a resposta à sobrevivência do capital está posta pelo movimento da reprodução que se realiza por meio do cotidiano, do urbano e do espaço”. Logo, os três níveis tendem a ser colonizados pela lógica de reprodução do capital, muito embora seja necessário reconhecer que “o ato de produzir é igualmente o ato de produzir espaço” (Santos, 1980, p. 161) e que, “ao produzir sua vida, a sociedade produz/reproduz um espaço” (Carlos, 2007, p. 21).

Assim, as ideias de centro, periferia e centralidade passam a ser entendidas como elementos resultantes da produção do espaço e de suas diferenciações espaciais hierárquicas. Isso exige considerar a complexidade e a articulação de cada um dos “níveis urbanos” e suas manifestações nas múltiplas escalas da triplicidade concebido-percebido-vivido. Não se trata de um trabalho fácil porque a segmentação dos níveis é complexa e exige a definição clara dos critérios e dos conceitos que nortearão as análises.

Seguindo a inspiração lefebvriana, essa tarefa deve resultar basicamente da leitura cuidadosa sobre as práticas espaciais dos múltiplos agentes/sujeitos que produzem, consomem e circulam nas diferentes formações socioespaciais. Logo, o conceito de prática espacial assume importância fundamental nesse esforço interpretativo.

Longe de apresentar as diferentes perspectivas desse conceito, diga-se de passagem, muito problematizado na Geografia (Pereira, 2024), entendemos, aqui, de acordo com Lefebvre (2013 [1974]), que é possível conhecer a prática espacial de uma sociedade decifrando o seu espaço. Nessa direção, um caminho importante é identificar que, no espaço percebido, as práticas espaciais associam realidade cotidiana (emprego do tempo) e realidade urbana (redes e percursos), assegurando certa coesão (Lefebvre, 2013 [1974]).

Entretanto, a ideia de coesão, no sentido empregado por Henri Lefebvre, não pode ser confundida com a noção de coerência, do ponto de vista lógico. Em outras palavras, a coesão não se faz mediante a coerência intelectualmente elaborada com base em grandes esquemas interpretativos. Isso porque, mesmo quando se considera a finalidade estrita de maximização dos lucros e rendimentos, os diferentes agentes “não produzem um espaço com pleno e inteiro conhecimento das causas, dos efeitos, das razões e implicações” (Lefebvre, 2013 [1974], p. 96).

Portanto, o modo como se lê o espaço percebido, associando-o ao concebido e ao vivido, orienta os caminhos de identificação e compreensão das diversas

práticas espaciais, atribuindo a elas certas *performances* e competências. São essas práticas espaciais que produzem centros, periferias e centralidades nas múltiplas escalas e nos diferentes níveis em que a urbanização planetária acontece, exprimindo complexas diferenciações espaciais hierarquizadas. Ainda que de forma meramente didática, a segmentação dos níveis é um caminho importante nessa difícil tarefa de separar e unir, de analisar e sintetizar.

Em síntese, a compreensão clara das noções de centro, periferia e centralidade, no curso da urbanização planetária, perpassa diretamente a leitura sistemática de três caminhos fundamentais: (i) considerar o horizonte multidimensional e articulado dos “níveis urbanos” e das escalas da produção do espaço; (ii) definir claramente os critérios de análise por meio dos quais os “níveis urbanos” e as escalas serão articulados na hierarquização da diferenciação espacial; (iii) explicitar o ponto de visão, isto é, de onde a análise parte, considerando as formações socioespaciais estudadas.

### 3. Reflexões acerca da urbanização planetária com base na produção do espaço e dos “níveis urbanos” no Brasil: centros, periferias, centralidades e diferenciações espaciais

#### 3.1 O nível global e o espaço concebido

Quando se consideram o nível global e sua correlação com os demais níveis, o centro, a periferia e a centralidade, no horizonte da urbanização planetária e partindo do território brasileiro, podem ser pensados predominantemente em face das práticas espaciais das grandes corporações e do Estado. Embora seja igualmente importante enfatizar a emergência de “utopias urbanas” que nascem da atuação de outros agentes/sujeitos (Limonad; Monte-Mór, 2022), especialmente no nível privado, deve-se ponderar que esse horizonte de resistências e de “outros mundos possíveis” é tênue no nível global.

Logo, a hierarquização das diferenciações espaciais que aqui se processa, constituindo, portanto, centro, periferia e centralidade, é comandada pela correlação entre dimensão econômica (corporações) e dimensão política (corporações e Estado). Assim, o centro se confunde com o lócus que condensa duplamente os planos abstrato e concreto da acumulação e do poder. Nessa direção, o conjunto das práticas espaciais traduz basicamente duas frentes que se complementam (Silva; Rodrigues, 2023b; Acselrad; Michelotti; Comissão Editorial Rbeur, 2024): (i) tendência à facilitação dos negócios globais pela via impositiva neoliberal, incluindo a ampliada fluidez de capitais e a especulação financeira; e (ii) reforço da centralidade praticada pelas corporações globais no processo de produção do espaço, traduzindo-se, por exemplo, em danos socioambientais. Assim, novas estruturas

centro-periféricas e novas centralidades são moduladas no contexto da urbanização planetária no Brasil, considerando o nível global.

Diante desse quadro, caberia ao planejamento urbano e regional “corrigir” os “desníveis” socioeconômicos e ambientais por meio de políticas de crescimento. No entanto, a receita em geral imposta às unidades territoriais economicamente periféricas consiste em seguir os passos dos países centrais, implementando reformas capazes de estimular, à custa de muito esforço, o potencial econômico de crescimento no mercado internacional (Dos Santos, 1970; Santos, 2014a [1979]; Pochmann; Silva 2023) – prática estabelecida como mecanismo que, em última instância, acaba por ampliar e ressignificar a subordinação que se expressa nas desigualdades atuais latentes em relação à macrodivisão regional Norte-Sul globais. Não se pode esquecer também da “submissão ecológica [...] configurando renovadas formas de uma ecodependência [...] As periferias [...] tornaram-se também fornecedoras de espaços para a realocação de atividades ambientalmente predatórias” (Acselrad; Michelotti; Comissão Editorial Rbeur, 2024, p. 3-4).

Essas e outras análises sugerem a releitura histórica da chamada “teoria da dependência”, que foi muito debatida na década de 1970 no contexto brasileiro e latino-americano por autores como Ruy Marini, Theotônio Dos Santos, Vânia Bambirra e Fernando Henrique Cardoso (Dos Santos, 1970; 2020 [2000]). Estando aberta a novas problematizações e críticas, ela se apresenta como um caminho inicial relevante para a compreensão sistemática das noções de centro, periferia e centralidade no curso da urbanização planetária no nível global. Na realidade, trata-se de uma complexa tarefa de articulá-la com novas formas de interpretação em que a produção do espaço e a ideia de “níveis urbanos” assumam destaque.

Sem a pretensão de aprofundar o debate, mas apontando elementos preliminares fundamentais que caminham nessa direção, alguns estudos já indicam a produção de novos pontos, redes e áreas, não necessariamente citadinas, construídas para atender operacionalmente à urbanização planetária (Arboleda, 2016; 2020). Esse arsenal de diferenciações espaciais inclui infraestrutura portuária, logística e atividades mineradoras no Chile que se vinculam a uma constelação crescente de megacidades, portos, bancos e fábricas no Leste Asiático. No Brasil, Canetti (2024, p. 10) destacou a emergência de uma “urbanização extensiva-extrativa” que produz a violenta destruição de recursos naturais e modos de existência, numa complexa articulação entre extrativismo, crime organizado e nova extrema-direita. Em ambos os casos, é importante reconhecer as chamadas “hinterlândias”, isto é, os espaços fora das cidades que são arrastados pelo turbilhão da urbanização planetária (Brenner; Katsikis, 2020).

Do ponto de vista econômico, sem problematizar especificamente o urbano, mas em relação direta com ele, Pochmann e Silva (2023) analisaram os efeitos da inserção do Brasil na globalização a partir da década de 1990. Os indicadores econômicos do Produto Interno Bruto (PIB) *per capita*, no período neoliberal, entre o final da década de 1980 e a atualidade, apontaram o pior desempenho de todo o período republicano, ou seja, desde 1889, superando apenas o período pré-capitalista imperial. Isso tudo, mesmo considerando que, entre 1980 e 2020, o crescimento médio da população brasileira foi o menor de todos os tempos analisados.

Esses autores apontaram que, “[a]o lado da ruína das classes básicas do capitalismo industrial, houve a ascensão do complexo primário-exportador articulado ao setor financeiro especulativo e ao comércio importador” (Pochmann; Silva, 2023, p. 10). Como resultado, uma nova condição periférica (mais rebaixada) se consolidou quando o país ingressou na “Era Digital” enquanto mero consumidor, em um movimento acompanhado pela especialização rentista e pela reprimarização exportadora estimulada pelo *boom* das *commodities*.

Toda essa conformação, que se materializa em novas diferenciações espaciais hierarquizadas, está associada à dependência histórico-estrutural que se renova amplamente com a política neoliberal pós-1980, a partir de quatro componentes principais (Pochmann; Silva, 2023, p. 148): (i) mudança na composição da balança comercial, com o protagonismo de produtos com baixo valor agregado; (ii) danos ambientais das atividades extrativistas e agropecuárias; (iii) renúncia fiscal e subassalariamento como instrumentos de vantagem competitiva; (iv) transferência de riqueza não contabilizada (água, ativos minerais não renováveis etc.), cujos *royalties*, quando recebidos pelo Estado, nem sempre chegam ao conjunto da população.

Nessa mesma direção, deve-se atentar ainda para a necessidade de pensar uma agenda de pesquisa que contemple uma espécie de “nova urbanização dependente”, na qual o poder financeiro-informacional se revela com alta capacidade de extração de renda da periferia (Ribeiro, 2022). Essa estrutura tende a se expressar no movimento de “pulverização urbano-diferencial da lógica financeira”, isto é, no “espalhamento sistemático dos mecanismos de reprodução socioespacial urbano da financeirização, com diferenças geográficas” (Silva; Rodrigues, 2023b, p. 15).

Logo, evidencia-se a complexa vontade de dissipar a lógica financeira para além dos chamados centros e das periferias da economia global, traduzindo-se em novas diferenciações espaciais desiguais e hierárquicas. Estas exprimem novas centralidades dinamizadas em diferentes “níveis urbanos”, escalas e ritmos, sendo mais ou menos atraídas pelas “virtualidades do Lugar”, dentro das múltiplas “formações socioespaciais” (Santos, 2014b).

Nessa direção, embora o Brasil possa ser considerado uma das periferias econômicas da urbanização planetária, é importante reconhecer a produção de novas centralidades no país, tanto no campo como na cidade. Em grande medida, elas resultam de novos centros operacionais agroextrativistas inclinados aos interesses não apenas das grandes corporações internacionais, mas também de grupos locais e regionais (incluindo organizações criminosas) que se nutrem da condição histórica de dependência que parece se remoldar no século XXI.

De anteparo geral, encontra-se a representação parlamentar do agronegócio que revela a força de “novas” centralidades políticas associadas ao rural (Farias, 2023). Essas representações têm orientado os rumos de grandes pautas nacionais, convergindo especialmente no que tange às questões fundiárias, ambientais e indígenas (Pompeia, 2020).

De fato, as práticas espaciais resultantes do conjunto das estratégias aqui apresentadas se traduzem em novas paisagens operacionais, citadinas ou não, em que as centralidades das corporações globais e do Estado conformam a complexa “destruição criativa” no país. Essa destruição é marcada pelas sucessivas deteriorações socioambientais, econômicas e políticas amplificadoras de desigualdades histórico-estruturais que se renovam em meio a complexas diferenciações espaciais. No entanto, para compreender e superar esse movimento, é necessário dialogar também com outros “níveis urbanos” e escalas, correlacionando-os.

O grande desafio é traduzir, de maneira objetiva, o modo como o nível misto articula o nível global ao nível privado, sendo, portanto, intermediador. Nessa tarefa, deve-se reconhecer que, no espaço percebido, o nível misto elucida as mediações das práticas espaciais do nível global. Tais práticas contribuem para produzir novos centros, novas periferias e centralidades com repercussões, por exemplo, nos planos das redes urbanas, das estruturas intraurbanas ou intrametropolitanas e nas paisagens operacionais associadas à urbanização planetária. É válido ponderar também que as mediações só ganham significados concretos no nível privado, isto é, no espaço vivido pelos diferentes agentes/sujeitos, exprimindo, assim, parte da complexidade que caracteriza a produção do espaço no bojo da urbanização planetária em suas diferenciações espaciais multiescalares.

Finalmente, os estudos que se voltam para as chamadas “cidades do agronegócio” no Brasil (Elias, 2022) e do “agro-mínimo-negócio” (Michelotti, 2019; Castriota, 2021) podem elucidar sínteses relevantes dentro dessa perspectiva mais ampla e relacional da produção do espaço, dos “níveis urbanos” e da urbanização planetária.

Todavia, é importante que tais estudos delimitem muito bem o ponto de vista que guiará a leitura, isto é, selecionem cuidadosamente critérios e escalas de

análise que revelem com mais clareza as práticas espaciais das corporações e do Estado, bem como a evolução das diferenciações espaciais ao longo das pesquisas.

### 3.2 O nível misto e o espaço percebido

Não é novidade o fato de que as cidades exercem papel fundamental nas intermediações entre o global e o cotidiano (Lefebvre, 2002 [1970]). Partindo dessa premissa, entende-se que as dinâmicas nas morfologias das cidades, nos conteúdos e nas relações em rede exprimem contradições e conflitos fundamentais da produção do espaço. Esse conjunto de elementos é fundamental para decifrar as diferenciações espaciais que renovam as ideias de centro, periferia e centralidade no curso da urbanização planetária em diferentes formações socioespaciais e nas múltiplas escalas. Tal leitura permite estabelecer, no espaço percebido, os nexos entre os “níveis urbanos”, além de possibilitar considerar a história dos lugares, as interações espaciais e as complexas intermediações escalares da produção do espaço.

Os termos “cidade global”, “megalópole”, “região metropolitana”, “cidade-região”, “cidade pós-industrial”, “cidade poli(multi)nucleada”, entre outros, traduzem a importância das cidades contemporâneas para pensar as transformações globais e seus imperativos no horizonte das diferenciações espaciais hierárquicas que exprimem centros, periferias e centralidades. Nesse contexto de grande complexidade, a acumulação flexível (Soja, 2000) e o regime de acumulação com dominância financeira (Chesnais, 2001) constituem pilares interpretativos gerais pelos quais as cidades espelham e intermediam a natureza urbana mais elementar da produção do espaço.

No plano da urbanização planetária, as grandes cidades constituem em si a “urbanização concentrada” (Brenner; Schmid, 2015, p. 171). Trata-se de polos expressivos, formando redes cada vez mais globais que interligam não só o entorno imediato, como também amplas paisagens operacionais. Logo, esses polos (centros de diferentes dimensões) conectam pontos e áreas mundo afora, intermediando múltiplos fluxos na direção ou não de locais em que as densidades técnicas, políticas e econômicas são rarefeitas (periferias).

Com certas particularidades, as diferenciações espaciais da produção do espaço no Brasil acompanham essas tendências contemporâneas em relação ao fenômeno urbano, de tal modo que “[a] urbanização desconfinou-se: vai de extremos de densidade, intensidade e aglomeração a morfologias muito rarefeitas; vai de constelações urbanas de dimensão nunca vista, a pequenos pontos e ocorrências, tudo se inter-relacionando através do espaço topológico das redes, dos fluxos, das relações” (Domingues; Godinho, 2021, p. 9).

Para exemplificar, ao mesmo tempo que o Brasil tem acompanhado a emergência da “megarregião urbana” Rio de Janeiro-São Paulo (Lencioni, 2015), cidades médias em São Paulo e em outras regiões do país têm se conectado ao global cada vez mais diretamente, complexificando, assim, as interações espaciais hierárquicas herdadas (Catelan, 2012; Sposito, 2015).

Tendo como referência a chamada “geografia da acumulação capitalista”, as centralidades de grande parte dessas novas áreas e redes pode ser interpretada com base na combinação metabólica dos movimentos de “concentração geográfica” e “expansão geográfica” que emergem como parte do esforço para criar novas oportunidades de acumulação (Harvey, 2005) ou mesmo considerando a lógica de concentração e da centralização do capital, que constituem, respectivamente, a expansão dos meios de produção e de trabalhadores e a reorganização dos capitais em associações e fusões (Lencioni, 2008). Nas duas perspectivas, é necessário ressaltar que a “geografia específica do capitalismo pode ser reestruturada, mas nunca é desestruturada ou inteiramente liberta de uma polarização socioespacial fundamental” (Soja, 1993, p. 136).

Nessas conformações e interações, Lencioni (2008) considera que o conceito de centralização é importante nos estudos urbanos sobretudo em razão do fato de elucidar a gestão empresarial de grandes corporações, priorizando os maiores extratos das redes urbanas, como é o caso das metrópoles. No Brasil, a autora destaca São Paulo como o principal centro que exerce, assim, expressiva centralidade na rede urbana, especialmente no que se refere ao aspecto da gestão empresarial.

Acontece que a necessidade de absorção do capital excedente promove a frenética busca por novas localizações (Harvey, 2013). E, nesse movimento, um rol de novas cidades (médias e pequenas) assumiu papel de destaque na seletividade locacional de grupos econômicos (nacionais e internacionais) no Brasil (Catelan, 2012; Silva; Rodrigues, 2023a, 2023b). Esse percurso também foi acompanhado pela “expansão do capital financeiro e especulativo no campo brasileiro” (Pitta; Boechat; Mendonça, 2017, p. 176), constituindo, nesse caso, novas paisagens operacionais vinculadas à financeirização.

Parte dessa sistemática decorre do fato de que, “[n]a medida em que o circuito principal, o da produção corrente dos bens mobiliários, arrefece seu impulso, os capitais serão investidos no segundo setor, o imobiliário” (Lefebvre, 2002 [1970], p. 146). Dessa forma, “o ‘imobiliário’ (junto com a ‘construção’) deixa de ser um circuito secundário, um ramo anexo e atrasado do capitalismo industrial e financeiro, para se situar em primeiro plano, embora de forma desigual, de acordo com os países, momentos e conjunturas” (Lefebvre, 2013 [1974], p. 369).

Todas essas condicionantes exigem repensar o centro, a periferia e a centralidade em pelo menos três grandes frentes de hierarquização das diferenciações espaciais: (i) os espaços intraurbanos (não necessariamente de metrópoles); (ii) a relação entre as diferentes cidades; (iii) a relação entre cidades e paisagens operacionais no bojo da urbanização planetária. Acontece que os investimentos financeiros tendem a se espalhar em áreas diversificadas, com novas escolhas locacionais cujos limites são imprevisíveis (Silva; Rodrigues, 2023b). Entretanto, é importante assegurar que “[n]ada é mais seletivo do que um investimento ou um investimento financeiro que procura rentabilidade máxima” (Chesnais, 2001, p. 10).

Ao pensar as cidades brasileiras (considerando a escala intraurbana), deve-se ressaltar que o espalhamento e a seletividade dos investimentos financeiros não decretam o fim da histórica lógica de estruturação espacial do tipo centro-periférica (rico e perto *versus* pobre e distante), rumo às cidades mais justas, posto que ela permanece, de modo mais complexo, ao ser sobreposta por processos de fragmentação socioespacial, ampliando, assim, desigualdades e segregações que exigem renovados esforços interpretativos no sentido de reconhecer novos conteúdos das periferias urbanas (Sposito, 2010; Lencioni, 2015; Ferreira, 2018; Cruz; Legroux, 2022; Silva; Rodrigues, 2023a; 2023b; Silva, 2023).

Nessa escala, os caminhos conceituais têm variado entre os pesquisadores brasileiros, especialmente em decorrência da multiplicidade de contextos analisados. Considerando os principais debates existentes, as hierarquizações das diferenciações espaciais podem ser entendidas: (i) pelo viés da metropolização do espaço e da formação de megarregiões (Lencioni, 2015); bem como (ii) pelo prisma da fragmentação socioespacial e da cidade poli(multi)nucleada (Sposito, 2015).

Na escala da rede urbana, cabe mencionar que o termo “heterarquias urbanas” tem sido utilizado como instrumento analítico que complementa a ideia clássica de hierarquia urbana, com vistas ao entendimento das interações espaciais mais complexas que se estabelecem entre centros urbanos de diferentes tamanhos e funções (Catelan, 2012). Adicionalmente, vale mencionar que, sendo o quinto maior país do mundo, o Brasil apresenta redes urbanas com grandes diferenciações regionais internas que foram constituídas ao longo do processo histórico de formação territorial colonial, realçando relações de dependência histórico-estruturais (Corrêa, 1987; IBGE, 2020).

Do ponto de vista do planejamento urbano e regional, independentemente das escalas, não se pode deixar de reconhecer que a lógica financeira tem contribuído para a produção de espaços percebidos cada vez mais complexos e voláteis, cujos horizontes de ação não cabem nos moldes dos esquemas setoriais e fragmentados que comumente são praticados (Silva; Rodrigues, 2023b). Apesar do caráter

progressista na criação de instrumentos de planejamento e gestão norteados pelo Estatuto da Cidade (Brasil, 2001) e pelo Estatuto da Metrópole (Brasil, 2015), cumpre destacar que “[m]ás leis podem dificultar avanços sociais, mas boas leis por si só não mudam realidades” (Fernandes, 2021, p. 22). É fundamental, portanto, promover avanços no sentido de garantir que o direito urbanístico e a política urbana sejam conectados à dinamicidade da urbanização contemporânea no país. Isso tudo com o propósito de promover processos de diferenciação espacial mais justos, que incluam a ampliação da cidadania na perspectiva da construção de “um discurso territorial competente”, ou seja, que considere o fato de que “[n]um território onde a localização dos serviços essenciais é deixada à mercê da lei do mercado, tudo colabora para que as desigualdades sociais aumentem (Santos, 2007, p. 144).

Nesse caminho complexo e tendo o Brasil como ponto de partida, a abordagem de inspiração lefebvriana permite reconhecer que as cidades se convertem em lócus privilegiado de análise e de ação, mediando os diferentes “níveis urbanos” e elucidando sistematicamente, em múltiplas escalas, novas expressões do centro, da periferia e da centralidade no curso da urbanização planetária.

Por consequência, ao expandir-se nas cidades e para além delas, essa complexa produção do espaço tende a encontrar novos horizontes (resistentes ou não) capazes de gerar e iluminar práticas espaciais, representações e cotidianos renovados. Tais horizontes se processam pelas/nas novas diferenciações espaciais produzidas no bojo da triplicidade concebido-percebido-vivido.

Nesse encontro, é fundamental articular os “níveis urbanos”, não só no sentido de alavancar “questões sociopolíticas e culturais intrínsecas à *polis* e à *civitas*, que têm sido estendidas para além das aglomerações urbanas ao espaço social como um todo” (Monte-Mór, 2005, p. 946), mas também para atuar como instrumento básico voltado à construção de novas perspectivas (do pensar e do agir), nas múltiplas escalas da produção do espaço, que caminhem na contramão das diferenciações espaciais desiguais, fragmentadas, segregadoras, hierárquicas, violentas, opressoras e ambientalmente predatórias.

### 3.3 O nível privado e o espaço vivido

O nível privado, entendido aqui como a conexão mais intensa com a dimensão do espaço vivido pelo cotidiano, pela representação e pelas práticas espaciais, consiste no horizonte cada vez mais penetrado pela lógica do consumo. Segundo Lefebvre (2001, p. 13), “[t]odas as condições se reúnem para que exista uma dominação perfeita, para uma exploração apurada das pessoas, ao mesmo tempo como produtores, como consumidores de produtos, como consumidores de espaço”.

De fato, “o consumo está virando a grande lógica cultural da revolução urbana” (Carreras, 2019, p. 256). É assim que a marcha da urbanização planetária incorpora e difunde, em ritmos diferenciados pelo mundo, a chamada “sociedade burocrática de consumo dirigido” (Lefebvre, 2001 [1968]), que contribui para (re) construir e dinamizar centros e periferias, bem como para produzir novas centralidades e morfologias urbanas. Tudo isso é cada vez mais mediado pela presença do “meio técnico-científico-informacional”, isto é, a “cara geográfica da globalização” (Santos, 2014b, p. 239).

As propagandas via redes sociais, os *smartphones* e serviços de *streaming* traduzem globalmente a racionalidade do consumo antes mesmo de as mercadorias (objetos e serviços) desejáveis estarem amplamente disponíveis (Bauman, 2010). Do mesmo modo, as práticas de consumo dos potenciais consumidores são capturadas por algoritmos complexos em diversas partes do mundo (Couldry; Mejias, 2020).

Esses dois autores mencionam, inclusive, a emergência de um novo tipo de colonialismo, chamado de “colonialismo de dados”. Ele se fundamenta na apropriação corporativa de uma miríade de aspectos da vida humana, utilizada como “nova” matéria-prima para a reprodução do capital. Couldry e Mejias (2020) afirmam ainda que a captura dos dados contemporâneos da vida cotidiana se assemelha às formas de reivindicação histórica da terra no período colonial.

Por sua vez, Silveira (2021, p. 1) considera que há uma “conversão do capitalismo digital em capitalismo de dados ou digital-datafocado” que se pauta nas múltiplas plataformas difundidas estrategicamente pelo mundo por intermédio das grandes corporações, que detêm e estruturam bancos de informações traduzidos em lucro e poder, como ocorre com Google, Facebook, Yahoo, entre outras. Nessa nova corrida imperial para a captura de informações, embora a China tenha crescido, “os EUA são o império tecnológico supremo” (Kwet, 2021, p. 6).

Vale enfatizar também que as segmentações dos grupos sociais pela renda, cor, moradia, cultura, idade e pelo gênero produzem práticas de consumo diversificadas que são capturadas e moduladas de diferentes formas pelas grandes corporações, tanto nas cidades como igualmente nas amplas paisagens operacionais vinculadas à urbanização planetária.

Assim, diferenciações espaciais hierarquizadas em fragmentos urbanos são difundidas pela forma enigmática da propaganda, que, por sua vez, é retroalimentada pelas diferentes práticas de consumo. Estas, localizadas cada vez mais para além dos centros e das periferias econômicas e urbanas, constituem aceleradamente novas centralidades.

Logo, na urbanização planetária é necessário não só pensar em mecanismos de superação de leituras que segmentam rural-urbano, campo-cidade,

centro-periferia, como também compreender as dimensões econômicas, políticas e culturais do ritmo acelerado que torna o consumo potencialmente mais frequente em determinados lugares e menos em outros. Assim, a produção acelerada de novas diferenciações espaciais que amplificam o consumo tende a ser uma tônica da urbanização planetária, merecendo, portanto, mais atenção nos estudos.

Nessa aceleração potencial, é importante mencionar que “o capital financeiro contemporâneo, com o auxílio da tecnologia da informação, tem reconfigurado a espaço-temporalidade [...], bem como a vida cotidiana” (Harvey, 2006 [1982], p. XXI). Em geral, a difusão de inovações – tais como: *internet*, *e-commerce*, *smartphone* – intermedeia essas mudanças, assim como a utilização de redes sociais, aplicativos bancários, atendimentos personalizados.

É válido destacar também a emergente posição do Brasil no universo da produção e do uso de diversas plataformas digitais. Elas têm sua difusão acelerada pelo “andar das altas finanças” que se conecta à explosão das *startups* no país como instrumentos de “extração do valor” e de “vampirismo digital” da renda do trabalho (Pessanha, 2020, p. 461). Nesse movimento, as atividades controladas por plataformas digitais (Uber, Rappi, iFood etc.) têm amplificado a precarização do mundo do trabalho (Machado; Zanoni, 2022) que se traduz, por exemplo, no “trabalhador *just-in-time*”, cujas atividades são subordinadas e controladas pelas empresas que operam o “gerenciamento algorítmico do trabalho” (Abílio, 2020, p. 112). Logo, as plataformas digitais atualizam processos de espoliação dos direitos trabalhistas no Brasil, acentuando desigualdades, facilitando os negócios financeiros e subsidiando o consumo.

Diante dessa complexidade, deve-se ponderar também que a distribuição espacial resultante das políticas corporativas dos grandes grupos econômicos que comandam a plataformização no país constitui “desigualdades algorítmicas urbanas” (Tozi, 2023, p. 23), isto é, os sistemas de tarifação são programados de modo a reforçar a estrutura centro-periférica das cidades. Ou seja, em geral, as áreas mais pobres são desprovidas desses serviços.

É importante ressaltar, no entanto, que, em várias cidades pelo mundo (e além das cidades), a difusão de inovações conecta cada vez mais a vida cotidiana ao universo da reprodução pelo consumo. Aqui, os pilares são dois: (i) promover amplo acesso ao crédito pessoal (apropriado na forma de dívidas pelo sistema financeiro) (Lapavistas, 2013); e (ii) estimular o comércio (no sentido amplo do termo) (Aalbers, 2019).

No impulso ao consumo, as novas “espaçotemporalidades” garantem a reprodução da lógica financeira a um universo cada vez mais ampliado da população, resultando numa espécie de cotidiano socioespacial da urbanização planetária

pelo qual novas diferenciações espaciais são pluralmente hierarquizadas nos espaços vividos. É assim que, no nível privado, centros e periferias (segmentados por cor, renda, gênero etc.) constituem cotidianos, representações e práticas espaciais produtos-produtores de novas ou renovadas centralidades mediadas cada vez mais pela tecnologia da informação e pela lógica financeira. Como resultado, um esforço colossal de análise se impõe para a leitura do centro, da periferia e da centralidade, o que exige articular os diferentes “níveis urbanos” e as múltiplas escalas. A esse respeito, Silva e Rodrigues afirmam (2023b, p. 12):

Considerando as cidades brasileiras, um conjunto de operações simultâneas podem ser realizadas: a) dentro do *shopping center*, cortar cabelo ou praticar atividade física; b) em domicílio, receber compras de supermercado praticadas via plataforma digital; c) no mesmo *shopping center*, comprar presentes usando celular; d) no aplicativo do banco, receber rendimento financeiro mensal de cotas relativas ao fundo de investimento imobiliário que, curiosamente, possui o *shopping center* e o terreno do supermercado em seu portfólio. Os dois localizados ao redor de áreas pobres ou no interior de um grande projeto urbano de parceria público-privada.

Todo esse conjunto de diferenciações espaciais que se estabelece nas cidades brasileiras e nas paisagens operacionais não é isento de contradições fundamentais. Um dos principais paradoxos é o aumento do consumo ao mesmo tempo que ocorre o retorno da América Latina e do Brasil a patamares preocupantes em relação à segurança alimentar e nutricional (FAO *et al.*, 2023). Portanto, trata-se de ponderar sobre o real alcance do consumo nos países pobres. Consumo de quê? Consumo para quem? Consumo sobre quais condições urbanas, ambientais, políticas, culturais e econômicas?

Ao estudar as “práticas de consumo” na periferia de Guarulhos, em São Paulo (SP), Sposito (2022) evidencia dificuldades enfrentadas pelos moradores diante da cidade fragmentada. Paradoxalmente, a autora mostra que, ao mesmo tempo que o consumo segmenta as centralidades pela renda, contribui para a construção de uma “identidade periférica” pela qual se reconhece que há “centro na periferia”. Nessa estrutura complexa, é importante destacar que, “no registro do periférico-que-virou-classe-C, a periferia comparece como negócio e mercado a ser disputado” (D’Andrea, 2013, p. 10).

Como síntese sociológica desses novos paradoxos, é relevante registrar que o processo social e histórico, especialmente a partir da década de 1990, engendrou novas representações acerca do centro, da periferia e da centralidade, de modo que “sujeitas e sujeitos periféricos”, mesmo não tendo experiências homogêneas,

constituíram “consciência periférica” capaz de mobilizar diferentes práticas políticas por meio das artes, da sensibilização ecológica e dos debates sobre opressões raciais e de gênero (D’Andrea, 2020, p. 26). Portanto, as novas centralidades produzidas por “sujeitas e sujeitos periféricos” simbolizam, com clareza, a emergência de renovadas lutas sociais que ampliam os sentidos das perversas condicionantes histórico-estruturais engendradas nos diferentes “níveis urbanos” e nas múltiplas escalas da produção do espaço no território brasileiro.

Aqui, na periferia ou nas periferias, os espaços vividos se abrem também ao diferente, ressignificando e complexificando os imperativos massificadores e desintegradores do consumo e do mercado, mesmo sendo ambos comandados cada vez mais por grandes corporações e tendo como anteparo a lógica neoliberal. Trata-se de um campo aberto ao contraditório, ao diferencial, ao tensionamento (Lefebvre, 2013 [1974]). Entendê-lo e potencializá-lo exige reconhecer as múltiplas escalas e os diferentes “níveis urbanos” em que a urbanização planetária é processada no vasto, desigual e diferenciado território brasileiro, dialogando, assim, com a triplicidade concebido-percebido-vivido por meio da qual as ideias de centro, periferia e centralidade se (re)estabelecem.

#### 4. Proposta de síntese: um terreno pouco explorado

Até aqui três procedimentos foram fundamentais para pensar as noções de centro, periferia e centralidade no curso da urbanização planetária no Brasil: (i) a articulação dos “níveis urbanos”; (ii) a multidimensionalidade da produção do espaço; (iii) as diferenciações espaciais hierárquicas nas múltiplas escalas.

Contudo, para avançar no sentido de construir uma proposição conceitual sintética, que seja de fácil entendimento, é fundamental indicar claramente as visões entrelaçadas acerca do centro, da periferia e da centralidade nos três “níveis urbanos”, bem como conectá-las à triplicidade concebido-percebido-vivido no contexto da produção do espaço no Brasil. Cumpre ressaltar que, embora todos os componentes aqui apresentados partam de um ponto de vista comum, isto é, os estudos realizados no Brasil, seus achados podem ser confrontados, refutados ou validados em outros países. Isso porque o caminho teórico-metodológico possibilita o desenvolvimento de novas pesquisas que poderão auxiliar na construção de relevantes panoramas comparativos.

Desse modo, três aspectos precisam ser pontuados para o entendimento da proposição sintética que se encontra no Quadro 1, a seguir. O primeiro deles é a separação didática dos “níveis urbanos” e as vinculações ao concebido-percebido-vivido. Na realidade, trata-se de um procedimento formal, já que os níveis se misturam complexamente e atravessam as múltiplas escalas, assim como a triplicidade

concebido-percebido-vivido. O segundo aspecto é a separação do(s) centro(s), da(s) periferia(s) e das centralidades. Como exposto, dependendo das escalas e dos critérios adotados, é possível ver, ao mesmo tempo, centros e centralidades na periferia ou periferias no centro. Finalmente, o terceiro aspecto é a segmentação dos quadros com componentes específicos que conectam “níveis urbanos”, centro(s), periferia(s) e centralidades, segmentação empregada como recurso analítico de sintetização substancial dos fundamentos e dos achados das pesquisas realizadas no Brasil. Portanto, trata-se de uma construção, em função de muitas dessas pesquisas não se voltarem especificamente ao estudo da urbanização planetária.

	NÍVEIS URBANOS	CENTRO(S)	PERIFERIA(S)	CENTRALIDADES
<b>URBANIZAÇÃO PLANETÁRIA</b> (produção do espaço)	<b>Global</b> (concebido)	<ul style="list-style-type: none"> <li>▪ Corporações</li> <li>▪ Estado</li> </ul>	<ul style="list-style-type: none"> <li>▪ Dependência</li> </ul>	<ul style="list-style-type: none"> <li>▪ Financeirização</li> <li>▪ Neoliberalismo</li> <li>▪ Neoextrativismo</li> <li>▪ Acumulação flexível</li> </ul>
	<b>Misto</b> (percebido)	<ul style="list-style-type: none"> <li>▪ Densidades (técnica, econômica e política)</li> </ul>	<ul style="list-style-type: none"> <li>▪ Rarefações (técnica, econômica e política)</li> </ul>	<ul style="list-style-type: none"> <li>▪ Concentração geográfica e expansão geográfica</li> <li>▪ Concentração do capital e centralização do capital</li> </ul>
	<b>Privado</b> (vivido)	<ul style="list-style-type: none"> <li>▪ Cotidiano</li> <li>▪ Representação</li> <li>▪ Práticas espaciais</li> </ul>		<ul style="list-style-type: none"> <li>▪ Consumo</li> <li>▪ Difusão de inovações</li> <li>▪ Colonialismo de dados</li> <li>▪ Precarização do mundo do trabalho</li> <li>▪ Consciência periférica</li> </ul>

Quadro 1. Elementos para pensar centro, periferia e centralidade na urbanização planetária vistos a partir do Brasil

Fonte: Elaborado pelo autor.

Feitas essas ponderações, convém traduzir textualmente o entendimento sintético para pensar o(s) centro(s), a(s) periferia(s) e a(s) centralidade(s) no curso da urbanização planetária a partir do Brasil e, além disso, apontar alguns caminhos para futuros estudos.

No nível global, o(s) centro(s) da urbanização planetária pode(m) ser pensado(s) como o conjunto sistemático e dominante do impulso capitalista (espaço concebido) existente no interior das corporações e do Estado de orquestrar a produção do espaço, constituindo diferenciações espaciais hierarquizadas pelas dimensões econômica e política. Por sua vez, a(s) periferia(s) seria(m) entendida(s) como o

conjunto das novas e múltiplas relações de dependência impulsionadas pela lógica do centro. Examinadas a partir do Brasil, considerando o nível global, essas relações têm sido processadas por meio das centralidades associadas à financeirização, ao neoliberalismo, ao neoextrativismo e à acumulação flexível.

Dentre as possibilidades para os diversos estudos, é fundamental adentrar o universo das corporações e do Estado para revelar suas renovadas estratégias e táticas econômicas e políticas. Uma questão central é compreender como as corporações e o Estado hierarquizam seus espaços de atuação, mobilizando as ideias de centro, periferia e centralidade nos diferentes “níveis urbanos” e nas múltiplas escalas. Logo, trata-se da necessidade de realizar um verdadeiro mergulho no interior das corporações e do Estado, buscando estabelecer os vínculos fundamentais com a urbanização planetária, não apenas para entender as ações de “cima para baixo” nas diferentes formações socioespaciais, mas também para reconhecer as eventuais fissuras (gerais e específicas) que poderão guiar os horizontes de resistências e as reconstruções no nível global.

No nível misto, o(s) centro(s) da urbanização planetária pode(m) ser pensado(s) como o conjunto das diferenciações espaciais hierarquizadas que se expressa em áreas e redes (espaço percebido) dotadas de densidades técnica, política e econômica. Vale lembrar que a periferia também reúne essas mesmas densidades, porém de modo rarefeito. Observadas a partir do Brasil, tendo em vista o nível em análise, as relações centro-periferia se processam basicamente por meio das centralidades associadas à reprodução do capital em movimentos articulados de “expansão geográfica” e “concentração geográfica”, bem como de “concentração do capital” e “centralização do capital”, constituindo complexas diferenciações espaciais em múltiplas escalas.

Nessa direção, é importante que os futuros estudos identifiquem, comparem e analisem a evolução dessas novas diferenciações espaciais, considerando países, regiões, cidades, bairros, ruas e paisagens operacionais como mediações pelas quais a urbanização planetária trilha múltiplos caminhos. Elas intermedeiam o nível global e o nível privado e são, portanto, cruciais para o pensar e o agir no bojo da complexidade emergente. Talvez o maior desafio seja estabelecer critérios precisos para mensurar essas densidades técnicas, políticas e econômicas de modo a hierarquizar centros e periferias nas múltiplas escalas e, com isso, promover processos de diferenciação espacial mais justos.

Por fim, no nível privado, as noções de centro e de periferia da urbanização planetária são extremamente complexas de serem capturadas de maneira objetiva e, mesmo, de serem separadas. Em conjunto, elas podem ser pensadas como a pluralidade hierárquica dos lugares (espaços vividos) em relação ao cotidiano, às

representações e às práticas espaciais dos múltiplos agentes/sujeitos que produzem, circulam e consomem nas diferentes formações socioespaciais. Essa pluralidade projeta diferentes significados acerca do(s) centro(s) e da(s) periferia(s) do nível misto, especialmente nas escalas de pequenas áreas (rua, bairro, cidade), o que desafia a elaboração de esquemas gerais pautados em escalas constituídas por grandes áreas, como países, continentes e mundo.

Identificadas a partir do Brasil, as relações centro-periferia, no nível privado, revelam que as centralidades produzidas podem não só reafirmar a lógica dominante das corporações e do Estado (consumo, difusão de inovações, colonialismo de dados, precarização do trabalho) como também construir uma nova visão acerca da periferia, isto é, no sentido da “consciência periférica”, abrindo, com isso, novos horizontes com fissuras e resistências.

Os estudos nessa direção têm potencial para elucidar os tensionamentos entre o cotidiano, as representações, as práticas espaciais e os discursos nos diferentes lugares, retroalimentando, assim, os demais níveis. Isso porque, na produção do espaço, o choque entre diversos projetos e significados gera fissuras e, segundo Lefebvre (2002 [1970], p. 85), “[p]elas fissuras passa o desejo [...] sem o que a cotidianidade uniformizar-se-ia inapelavelmente. Até a subversão tornar-se-ia impensável”. Nessa direção, Souza (2020) destaca a ideia de “práticas espaciais insurgentes” como relevante instrumento investigativo para que geógrafos e outros pesquisadores socioespaciais capturem a dimensão espacial dos ativismos sociais emergentes.

Finalmente, a síntese aqui construída mostra que, no curso da urbanização planetária, a produção de centros, periferias e centralidades é dinamizada de modo mais complexo em todos os “níveis urbanos” e nas múltiplas escalas. Especialmente, quando se estuda um imenso território marcado por desigualdades histórico-estruturais como o Brasil. Portanto, este é um convite permanente para pensar e agir na direção de processos de diferenciação espacial mais justos.

### Considerações finais

A marcha desigual da urbanização planetária tem produzido novas diferenciações espaciais hierárquicas a partir das quais as ideias de centro, periferia e centralidade precisam ser repensadas de modo mais complexo. Nesse desafio, ao utilizar a abordagem da produção do espaço e a ideia de “níveis urbanos”, o artigo demonstrou um caminho integrado capaz de mobilizar sistematicamente as escalas e estabelecer o diálogo com diferentes campos disciplinares.

Embora centro, periferia e centralidade sejam relevantes recursos teóricos e práticos, eles necessitam de maior aprofundamento diante das novas tendências

da urbanização que se processam com particularidades e singularidades nas diferentes formações socioespaciais. No contexto brasileiro, o artigo revelou que a lógica de reprodução da urbanização planetária tem intensificado desigualdades nos diferentes “níveis urbanos” e nas múltiplas escalas, reforçando, assim, a condição histórico-estrutural periférica do Brasil no contexto internacional.

Logo, a sintetização dos estudos realizados no país mostrou que as hierarquizações das diferenciações espaciais processadas nos níveis global, misto e privado indicam centros, periferias e centralidades da urbanização planetária que apresentam como característica principal o caráter dependente e subordinado nas relações capitalistas globais, mas que, ao mesmo tempo, reforça o poder e a centralidade de alguns grupos locais e regionais, com destaque para os segmentos associados ao agronegócio.

No nível misto, essa dependência contribui para a conformação de complexas estruturas espaciais da “urbanização concentrada” e para novas paisagens operacionais, complexificando o espaço percebido em renovados centros e centralidades e em novas periferias. Essas diferenciações espaciais hierárquicas em geral contribuem para acentuar as desigualdades e para promover danos socioambientais.

No nível privado, a dependência sobressai no consumo de bens não produzidos internamente e na difusão de inovações, associada ao colonialismo de dados e à precarização do mundo do trabalho, elementos que retroalimentam complexamente as estratégias para ampliação do consumo. Trata-se de um cenário paradoxal, diante do retorno do país aos patamares preocupantes em relação à segurança alimentar e nutricional. Em contrapartida, emerge, cada vez mais, a “consciência periférica”, que atribui novos sentidos às lutas sociais e reforça o horizonte de fissuras e resistências.

Reconhecer esses imperativos renovados da urbanização planetária no Brasil representa o despertar para novas possibilidades de promover e alavancar processos de diferenciação espacial mais justos, nos múltiplos níveis e nas múltiplas escalas, amparando, inclusive, o direito à cidade sobre bases renovadas. Afinal, “o direito à cidade implica nada menos do que um conceito de cidadania” (Lefebvre, 2014 [1989], p. 205). Ele se conecta diretamente, mas não se confunde com a organização territorial da cidade (Wachsmuth; Brenner, 2014).

Pensar em níveis urbanos de cidadania talvez seja uma problematização futura nessa perspectiva mais abrangente da urbanização planetária. Sem aprofundá-la aqui, mas apontando algumas de suas prováveis frentes, é necessário refletir mais sobre a promoção e a ampliação daquilo que, dentro de uma abordagem territorial para a cidadania, Santos (2007) definiu como “fixos públicos”. Ou seja, pensar mecanismos de justa distribuição geográfica de bens e serviços

públicos pelo poder público, voltados para demandas sociais concretas (econômicas, políticas, culturais, ambientais), tanto nas periferias das cidades quanto no campo, independentemente de lucro, constituindo, portanto, diferenciações espaciais na contramão das desigualdades e da hierarquização violenta, opressora e ambientalmente predatória.

Longe de apontar soluções definitivas, o artigo mostrou que as noções de centro, periferia e centralidade, inspiradas na perspectiva da produção do espaço e na ideia de “níveis urbanos”, são categorias importantes no convite complexo ao pensar e ao agir no curso da urbanização planetária, especialmente diante da árdua tarefa de elucidar as novas contradições e os novos conflitos que se processam nas múltiplas escalas e nas diferentes formações socioespaciais, revelando, assim, parte da complexidade que marca a urbanização contemporânea.

## Referências

- AALBERS, M. B. Financial geographies of real estate and the city: A literature review. *Financial Geography Working Paper*, n. 21. p. 1-46, 2019. Disponível em: [https://www.fingeo.net/wordpress/wp-content/uploads/2019/01/FinGeoWP\\_Aalbers-2019-2.pdf](https://www.fingeo.net/wordpress/wp-content/uploads/2019/01/FinGeoWP_Aalbers-2019-2.pdf). Acesso em: 1 maio 2022.
- ABÍLIO, L. C. Uberização: a era do trabalhador *just-in-time*? *Estudos Avançados*, v. 34, n. 98, p. 111-126, 2020. DOI: <https://doi.org/10.1590/s0103-4014.2020.3498.008>.
- ACSELRAD, H.; MICHELOTTI, F.; RBEUR, C. E. Neoextrativismo: entre critérios quantitativos e qualitativos. *Revista Brasileira de Estudos Urbanos e Regionais*, v. 26, n. 1, 2024. DOI: <https://doi.org/10.22296/2317-1529.rbeur.202430>.
- ARBOLEDA, M. Spaces of extraction, metropolitan explosions: planetary urbanization and the commodity boom in Latin America. *International Journal of Urban and Regional Research*, v. 40, n. 1, p. 96-112, 2016.
- \_\_\_\_\_. *Planetary mine: Territories of extraction under late capitalism*. London: Verso Books, 2020.
- BAUMAN, S. *Capitalismo parasitário e outros temas contemporâneos*. Rio de Janeiro: Zahar, 2010.
- BRASIL. Lei nº 10.257, de 10 de julho de 2001. Regula os artigos 182 e 183 da Constituição Federal, estabelece diretrizes gerais para a política urbana e dá outras providências. *Diário Oficial da União*: Brasília, DF, 11 jul. 2001.
- \_\_\_\_\_. Lei nº 13.089, de 12 de janeiro de 2015. Institui o Estatuto da Metrôpole, altera a Lei nº 10.257, de 10 de julho de 2001, e dá outras providências. *Diário Oficial da União*: Brasília, DF, 13 jan. 2015.
- BRENNER, N. The urban question as a scale question: reflections on Henri Lefebvre, urban theory and the politics of scale. *International Journal of Urban and Regional Research*, 24(2), p. 361-378, 2000.

- BRENNER, N. *Implosions/Explosions: Toward a Study of Planetary Urbanization*. Berlin: Jovis, 2014.
- \_\_\_\_\_. *Espaços da urbanização: o urbano a partir da teoria crítica*. Rio de Janeiro: Letra Capital: Observatório das Metrôpoles, 2018.
- BRENNER, N.; KATSIKIS, N. Operational landscapes: Hinterlands of the Capitalocene. *Architectural Design*, v. 90, n. 1, p. 22-31, 2020.
- BRENNER, N.; SCHMID, C. Towards a new epistemology of the urban? *City*, v. 19, n. 2-3, p. 151-182, 2015. DOI: 10.1080/13604813.2015.1014712.
- CANETTIERI, T. Urbanização extensiva e o violento neoextrativismo no Brasil: dez considerações sobre a explosão do conflito social brasileiro. *Revista Brasileira de Estudos Urbanos e Regionais*, v. 26, n. 1, 2024. DOI: <https://doi.org/10.22296/2317-1529.rbeur.202417>.
- CARLOS, A. F. *O espaço urbano: novos escritos sobre a cidade*. São Paulo: Labur, 2007. Disponível em: [https://edisciplinas.usp.br/pluginfile.php/7688121/mod\\_resource/content/3/ANA%20FANI%20-%20espa%C3%A7o%20urbano.pdf](https://edisciplinas.usp.br/pluginfile.php/7688121/mod_resource/content/3/ANA%20FANI%20-%20espa%C3%A7o%20urbano.pdf). Acesso em: 12 jun. 2024.
- \_\_\_\_\_. Henri Lefebvre: a problemática urbana em sua determinação espacial. *GEOUSP Espaço e Tempo*, 23(3), p. 458-477, 2019.
- CARRERAS, C. Cidade, comunicação e cultura. *Revista de Estudos Universitários –REU*, v. 45, n. 2, p. 233-258, 2019. DOI: <https://doi.org/10.22484/2177-5788.2019v45n2p233-258>. Acesso em: 12 jun. 2024.
- CASTRIOTA, R. Urbanização planetária ou revolução urbana? De volta à hipótese da urbanização completa da sociedade. *Revista Brasileira de Estudos Urbanos e Regionais*, 18(3), p. 507-523, 2016. Disponível em: <https://doi.org/10.22296/2317-1529.2016v18n3p507>.
- \_\_\_\_\_. *Urbanização extensiva na Amazônia Oriental: escavando a não-cidade em Carajás*. 2021. 278 f. Tese (Doutorado em Economia) – Programa de Pós-graduação em Economia, Centro de Desenvolvimento e Planejamento Regional, Universidade Federal de Minas Gerais, Belo Horizonte, 2021.
- CATELAN, M. J. *Heterarquia urbana: interações espaciais interescares e cidades médias*. 2012. 227 f. Tese (Doutorado em Geografia) – Universidade Estadual Paulista, Presidente Prudente, 2012.
- CENTRO. *In: DICIONÁRIO Escolar da Língua Portuguesa*. Barueri: Ciranda Cultural, 1999.
- \_\_\_\_\_. *In: DICIONÁRIO Aulete Digital*. São Paulo: Lexikon, 2024. Disponível em: <https://www.aulete.com.br/centro>. Acesso em: 10 jun. 2024.
- CHESNAIS, F. Mundialização: o capital financeiro no comando. *Revista Outubro*, v. 5, n. 2, p. 7-28, 2001. Disponível em: <http://outubrorevista.com.br/wp-content/uploads/2015/02/Revista-Outubro-Edic%CC%A7a%CC%83o-5-Artigo-02.pdf>. Acesso em: 12 jun. 2023.
- CHRISTALLER, W. *Central places in southern Germany*. Englewood Cliffs: Prentice-Hall, 1966.
- CORRÊA, R. L. A periodização da rede urbana na Amazônia. *Revista Brasileira de Geografia*, Rio de Janeiro, v. 4, n. 3, p. 39-68, 1987.

- CORRÊA, R. L. Sobre agentes sociais, escala e produção do espaço: um texto para discussão. In: CARLOS, A. F. A.; SOUZA, M. L.; SPOSITO, M. E. B. (org.). *A produção do espaço urbano: agentes e processos, escalas e desafios*. São Paulo: Contexto, 2018.
- \_\_\_\_\_. Notas sobre a diferenciação espacial. *GEOUSP Espaço e Tempo*, v. 26(1), p. 1-9, 2022. DOI: <https://doi.org/10.11606/issn.2179-0892.geousp.2022.193069>.
- COULDRY, N.; MEJIAS, U. A. *The Costs of Connection: How Data are Colonizing Human Life and Appropriating it for Capitalism*. Stanford: Stanford University Press, 2019.
- CRUZ, T. S.; LEGROUX, J. Estigma territorial e diferenciações socioespaciais da/na periferia: o caso do Pimentas (Guarulhos-SP). *Terra Livre*, v. 2, n. 59, p. 396-435, 2023. Disponível em: <https://publicacoes.agb.org.br/terralivre/article/view/2938>. Acesso em: 26 jun. 2024.
- D'ANDREA, T. *A formação dos sujeitos periféricos: cultura e política na periferia de São Paulo*. 2013. Tese (Doutorado em Sociologia) – Universidade de São Paulo, São Paulo, 2013.
- \_\_\_\_\_. Contribuições para a definição dos conceitos periferia e sujeitas e sujeitos periféricos. *Novos Estudos Cebrap*, v. 39, n. 1, p. 19-36, 2020. DOI: <https://doi.org/10.25091/s010133002020000100055>.
- DEMATTEIS, G. Suburbanización y Periurbanización. Ciudades anglosajonas y ciudades latinas. In: MONCLUS, F. (ed.). *La ciudad dispersa, suburbanización y nuevas periferias*. Barcelona: Centre de Cultura Contemporània de Barcelona, 1998. p. 17-34.
- DOMINGUES, A.; GODINHO, A. P. Geografias da urbanização planetária. *E-cadernos CES*, 36, p. 12-38, 2021. DOI: <https://doi.org/10.4000/eces.6518>.
- DOS SANTOS, T. The Structure of Dependence. *The American Economic Review*, v. 60, n. 2, p. 231-236, 1970. Disponível em: <http://www.jstor.org/stable/1815811>. Acesso em: 12 ago. 2023.
- \_\_\_\_\_. *A teoria da dependência: um balanço histórico e teórico*. Florianópolis: Insular Livros, 2020 [2000].
- ELIAS, D. Pensando a operacionalização de estudos sobre cidades do agronegócio. *Revista Tamoios*, v. 18, n. 1, 2022. DOI: <https://doi.org/10.12957/tamoios.2022.63811>.
- FAO; FIDA; OPAS; PAM; UNICEF. *Panorama regional de la seguridad alimentaria y nutricional – América Latina y el Caribe 2022*. Santiago: FAO et al., 2023. Disponível em: <https://doi.org/10.4060/cc2314es>. Acesso em: 8 jan. 2024.
- FARIAS, L. F. F. C. de. Agronegócio e golpismo na *hinterland* brasileira. *Blog da Boitempo*, São Paulo, 9 jan. 2023. Disponível em: <https://blogdaboitempo.com.br/2023/01/09/agronegocio-e-golpismo-na-hinterland-brasileira>. Acesso em: 7 nov. 2024.
- FERNANDES, E. O Estatuto da Cidade, 20 anos mais tarde. In: FERNANDES, E. (org.). *20 anos do Estatuto da Cidade: experiências e reflexões*. Belo Horizonte: Gaia, 2021.
- FERREIRA, H. M. Análise crítica da noção de policentrismo: uma contribuição ao estudo da centralidade em cidades médias. *Revista GEOgraphia*, v. 20, n. 44, p. 98-112, 2018.
- FRIEDMANN, J. *A General Theory of Polarized Development*. Santiago: The Ford Foundation Urban and Regional Advisory Program in Chile, 1967. Disponível em: <https://repositorio.cepal.org/entities/publication/2ed9a2a1-9b89-42e4-a52c-70d4cbf30dc9/full>. Acesso em: 9 jun 2023.

- HARVEY, D. *A produção capitalista do espaço*. São Paulo: Annablume, 2005.
- \_\_\_\_\_. *The limits to capital*. São Paulo: Verso Books, 2006 [1982].
- \_\_\_\_\_. *Ciudades rebeldes: del derecho a la ciudad a la revolución urbana*. Madrid: Ediciones Akal, 2013.
- IBGE. Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. *Região de Influência de Cidades: Regic* 2018. Rio de Janeiro: IBGE, 2020.
- KIPFER, S.; SABERI, P.; WIEDITZ, T. Henri Lefebvre: debates and controversies. *Progress in Human Geography*, v. 37, n. 1, p. 115-134, 2013.
- KWET, M. A ameaça nada sutil do colonialismo digital. *Outras Palavras*, 15 mar. 2021. Disponível em: <https://outraspalavras.net/tecnologiaemdisputa/a-ameaca-nada-sutil-do-colonialismo-digital/>. Acesso em: 6 ago. 2021.
- LAPAVITSAS, C. The financialization of capitalism: “Profiting without producing”. *City*, v. 17, n. 6, p. 792-805, 2013.
- LEFEBVRE, H. *Le retour de la dialectique: 12 mots clefs pour le monde moderne*. Paris: Messidor: Édition Sociales, 1986.
- \_\_\_\_\_. *O direito à cidade*. São Paulo: Centauro, 2001 [1968].
- \_\_\_\_\_. *A revolução urbana*. Belo Horizonte: Ed. da UFMG, 2002 [1970].
- \_\_\_\_\_. *La producción del espacio*. Madrid: Capitán Swing, 2013 [1974].
- \_\_\_\_\_. Dissolving city, planetary metamorphosis. *Environment and Planning D: Society and Space*, 32.2, p. 203-205, 2014 [1989].
- LENCIONI, S. Concentração e centralização das atividades urbanas: uma perspectiva multiescalar. Reflexões a partir do caso de São Paulo. *Revista de Geografia Norte Grande*, 39, p. 7-20, 2008.
- \_\_\_\_\_. Metropolização do espaço e a constituição de megarregiões. In: FERREIRA, A.; RUA, J.; MATTOS, R. C. (org.). *Desafios da metropolização do espaço*. Rio de Janeiro: Consequência, 2015. p. 35-68.
- LIMONAD, E.; MONTE MÓR, R. L. M. Utopias urbanas desde o giro decolonial. *GEOUSP Espaço e Tempo*, v. 26, p. e-189578, 2022.
- MACHADO, S.; ZANONI, A. P. *O trabalho controlado por plataformas digitais: dimensões, perfis e direitos*. Curitiba: UFPR. Disponível em: [https://cdtufpr.com.br/wp-content/uploads/2022/04/Livro\\_O-trabalho-controlado-por-plataformas-digitais\\_eBook.pdf](https://cdtufpr.com.br/wp-content/uploads/2022/04/Livro_O-trabalho-controlado-por-plataformas-digitais_eBook.pdf). Acesso em: 12 jun. 2024.
- MICHELOTTI, F. *Territórios de produção agromineral: relações de poder e novos impasses na luta pela terra no sudeste paraense*. 2019. Tese (Doutorado em Planejamento Urbano e Regional) – Instituto de Pesquisa e Planejamento Urbano e Regional, Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2019.
- MONTE-MÓR, R. *Modernities in the Jungle: extended urbanization in the Brazilian Amazonia*. 2004. Tese (Doutorado em Planejamento Urbano) – University of California, Los Angeles, 2004.

- MONTE-MÓR, R. What is the urban in the contemporary world? *Cadernos de Saúde Pública*, v. 21, n. 3, p. 942-948, 2005.
- \_\_\_\_\_. Urbanização, sustentabilidade, desenvolvimento: complexidades e diversidades contemporâneas na produção do espaço urbano. In: COSTA, G.; COSTA, H.; MONTE-MÓR, R. (org.). *Teorias e práticas urbanas: condições para a sociedade urbana*. Belo Horizonte: Com Arte Editora, 2015. p. 55-70.
- MORCUENDE, A. Diferenciación y fragmentación socioespacial: la contradicción campo-ciudad como teoría y como método. *GEOUSP*, v. 25, p. e-177986, 2021.
- MORCUENDE, A; FRAGO, L. Entre la periferia objetiva y subjetiva: la producción socioespacial de los barrios de la Zona Franca de Barcelona. *Ciudad y Territorio Estudios Territoriales*, LV, 218, 2023.
- MORIN, E. Por uma reforma do pensamento. In: PENA-VEJA, A.; NASCIMENTO, E. P. *O pensar complexo: Edgar Morin e a crise da modernidade*. Rio de Janeiro: Garamond, 1999. p. 21-34.
- \_\_\_\_\_. *Saberes globais e saberes locais: o olhar transdisciplinar*. Participação de Marcos Terena. Rio de Janeiro: Garamond, 2001.
- MORIN, E.; LE MOIGNE, J. L. *A inteligência da complexidade*. São Paulo: Peirópolis, 2000.
- PEREIRA, C. S. S. Práticas espaciais. *GEOgraphia*, 26(56), 2024. DOI: <https://doi.org/10.22409/GEOgraphia2024.v26i56.a55186>.
- PERROUX, F. Consideraciones en torno a la noción de polo de crecimiento. *Cuadernos – Sociedad Venezolana de Planificación*, v. 2, n. 3, p. 1-10, jun-jul. 1963.
- PESSANHA, R. M. Inovação, financeirização e *startups* como instrumentos e etapas do capitalismo de plataformas. In: GOMES, M. T. S.; TUNES, R; H.; OLIVEIRA, F. G. *Geografia e inovação: território, redes e finanças*. Rio de Janeiro: Consequência, 2020. p. 443-465.
- PITTA, F.; BOECHAT, C.; MENDONÇA, M. L. A produção do espaço na região do MATOPIBA: violência, transnacionais, imobiliárias agrícolas e capital fictício. *Revista de Estudos Internacionais*, v. 5, n. 2, 2017.
- POCHMANN, M.; SILVA, L. C. da. *O Brasil no capitalismo do século XXI: desmodernização e desencadeamento intersetorial*. Campinas: Ed. da Unicamp, 2023.
- POMPEIA C. *Concertação e poder: O agronegócio como fenômeno político no Brasil*. *Revista Brasileira de Ciências Sociais*, v. 35, n. 104, p. e3510410, 2020. DOI: <https://doi.org/10.1590/3510410/2020>.
- RIBEIRO, L. C. Q. *A nova urbanização dependente: por uma agenda de pesquisa*. Natal: [s.n.], 2022. Disponível em: <https://www.observatoriodasmetrolopes.net.br/wp-content/uploads/2022/07/Palestra-Natal-2022-V2.pdf>. Acesso em: 16 maio 2023.
- SANTOS, M. *Por uma geografia nova*. São Paulo: Hucitec, 1980.
- \_\_\_\_\_. *O espaço do cidadão*. São Paulo: Edusp, 2007.
- \_\_\_\_\_. *Economia espacial*. São Paulo: Edusp, 2014a [1979].
- \_\_\_\_\_. *A natureza do espaço: técnica e tempo, razão e emoção*. São Paulo: Edusp, 2014b.

- SCHMID, C. Networks, borders, differences: towards a theory of the urban. In: BRENNER, N. *Implosions/Explosions. Towards a study of planetary urbanization*. Berlin: Jovis, 2014.
- SILVA, K.; TEIXEIRA, V.; SPOSITO, E. Novas expressões de centralidades urbanas e a diferenciação socioespacial: um olhar através das práticas espaciais. *Geografares*, Vitória, v. 1, n. 33, p. 113-139, 2021. DOI: 10.47456/geo.v1i33.35452.
- SILVA, M. L. Estrutura espacial centro-periférica ou fragmentada? Os *shopping centers* em Belém e Manaus. In: ENCONTRO NACIONAL DE PÓS-GRADUAÇÃO E PESQUISA EM GEOGRAFIA, 15., 2023, Palmas. *Anais [...]*. Palmas: Enanpege, 2023. Disponível em: [https://editorarealize.com.br/editora/anais/enanpege/2023/TRABALHO\\_COMPLETO\\_EE187\\_MD6\\_ID2198\\_TB430\\_21112023161923.pdf](https://editorarealize.com.br/editora/anais/enanpege/2023/TRABALHO_COMPLETO_EE187_MD6_ID2198_TB430_21112023161923.pdf). Acesso em: 16 jun. 2024.
- SILVA, M. L.; RODRIGUES, J. C. Contemporary urban and center-periphery structure. *Mercator*, Fortaleza, 22, 2023a, e22012. DOI: <https://doi.org/10.4215/rm2023.e22012>.
- \_\_\_\_\_. Níveis urbanos e financeirização: síntese possível? *Urbe. Revista Brasileira de Gestão Urbana*, 15, e20220205, 2023b. Acesso em: 12 jun. 2024. Disponível em: <https://doi.org/10.1590/2175-3369.015.e20220205>.
- SILVEIRA, S. A. Capitalismo digital. *Revista Ciências do Trabalho*, 20, p. 1-10. 2021. Disponível em: <https://rct.dieese.org.br/index.php/rct/article/view/286>. Acesso em: 12 jun. 2024.
- SOJA, E. W. *Geografias pós-modernas: a reafirmação do espaço na teoria social crítica*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1993.
- \_\_\_\_\_. *Postmetropolis: Critical Studies of Cities and Regions*. Oxford: Basil Blackwell, 2000.
- SOUZA, M. L. *Os conceitos fundamentais da pesquisa sócio-espacial*. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2020.
- SPOSITO, M. E. B. Multi(poli)centralidade urbana. In: SPOSITO, E. S.; SANT'ANNA NETO, J. L. (org.). *Uma geografia em movimento*. São Paulo: Expressão Popular, 2010. p. 199-228.
- \_\_\_\_\_. Metropolização do espaço: cidades médias, lógicas econômicas e consumo. In: FERREIRA, A.; RUA, J.; MATTOS, R. C. (org.). *Desafios da metropolização do espaço*. Rio de Janeiro: Consequência, 2015. p. 125-140.
- \_\_\_\_\_. Fragmentação socioespacial e consumo na periferia de São Paulo. *Tlalli. Revista de Investigación en Geografía*, v. 8, p. 56-85, 2022. DOI: <https://doi.org/10.22201/ffyl.26832275e.2022.8.1828>.
- TELLA, G. Construindo centralidades cívicas: estratégias de articulação espacial e funcional. *ArchDaily Brasil*, 2016 Disponível em: <https://www.archdaily.com.br/br/789014/construindo-centralidades-civicas-estrategias-de-articulacao-espacial-e-funcional>. Acesso em: 7 set. 2024.
- TOZI, F. A cidade e as novas desigualdades algorítmicas urbanas. In: TOZI, F. (org.). *Plataformas digitais e novas desigualdades socioespaciais*. São Paulo: Max Limonad, 2023. p. 15-30.
- WACHSMUTH, D.; BRENNER, N. Introduction to Henri Lefebvre's "Dissolving City, Planetary Metamorphosis". *Environment and Planning D: Society and Space*, v. 32, n. 2, p. 199-202, 2014. DOI: <https://doi.org/10.1068/d3202int>.

### **Marlon Lima da Silva**

Professor do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Pará (IFPA) e doutorando do Programa de Pós-graduação em Geografia da Universidade Federal do Pará (PPGEO/UFPA). Atuou como geógrafo na Companhia de Desenvolvimento e Administração da Área Metropolitana de Belém (Codem, 2014-2015) e como técnico em gestão de desenvolvimento urbano na Secretaria de Desenvolvimento Urbano e Obras Públicas do Pará (Sedop, 2015-2016).

**Email:** marlon.lima@ifpa.edu.br

**ORCID:** 0000-0002-6269-2132

**Submissão:** 26 de junho de 2024.

**Aprovação:** 6 de fevereiro de 2025.

**Editores:** Maria Encarnação Beltrão Sposito e Everaldo Santos Melazzo.

**Como citar:** SILVA, M. L. da. Centro, periferia e centralidade na urbanização planetária: pensar e agir a partir do Brasil. *Revista brasileira de estudos urbanos e regionais*. V. 27, E202537pt, 2025. DOI: <http://doi.org/10.22296/2317-1529.rbeur.202537pt>.

Artigo licenciado sob Licença Creative Commons CC BY 4.0.

[https://creativecommons.org/licenses/by/4.0/deed.pt\\_BR](https://creativecommons.org/licenses/by/4.0/deed.pt_BR)